INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA (IDDD)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CA/AA/VGS

3962/19

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA (IDDD)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

BDO

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores do
IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto de Defesa do Direito de Defesa** (**"IDDD"**), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto de Defesa do Direito de Defesa** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

BDO RCS Auditores Associados Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de agosto de 2019.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132.091/O-1

IDDD - INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Ativo

	Nota explivativa	31.12.2018	31.12.2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	610.432	1.170.827
Contas a receber	4	1.194.915	13.632
Créditos diversos	5	3.045	4.756
Despesas antecipadas	6	12.976	7.025
		1.821.368	**1.196.240**
Não circulante			
Outros ativos	7	7.500	7.500
Imobilizado	8	189.019	144.375
Intangível	8	5.176	5.339
		194.195	**149.714**
		201.695	**157.214**
Total do ativo		**2.023.063**	**1.353.454**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FÁBIO TOFIC SIMANTOB
Presidente
CPF: 302.311.538-90
RG: 28.955.756-2 SSP/SP

AD ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS - EPP
CRC:1SP 136252/O-2 CNPJ: 51.244.945/0001-90
ENA LÁZARA XAVIER DE CASTRO
Técnico em Contabilidade
CPF: 460.955.006-72 CRC: 1SP 168039/O-0
RG: 20.597.414-4 SSP/SP

IDDD - INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explivativa	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	9	11.128	9.226
Obrigações trabalhistas	10	100.409	106.311
Obrigações tributárias	11	506	477
Contas a pagar	13	530	821
Credores diversos	14	5.901	8.985
		118.474	**125.820**
Patrimônio líquido			
Patrimonio social	15	1.230.634	1.213.878
Superávit do exercício	15	673.955	16.756
		1.904.589	**1.230.634**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.023.063**	**1.356.454**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FÁBIO TOFIC SIMANTOB
Presidente
CPF: 302.311.538-90
RG: 28.955.756-2 SSP/SP

AD ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS - EPP
CRC:1SP 136252/O-2 CNPJ: 51.244.945/0001-90
ENA LÁZARA XAVIER DE CASTRO
Técnico em Contabilidade
CPF: 460.955.006-72 CRC: 1SP 168039/O-0
RG: 20.597.414-4 SSP/SP

IDDD - INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	Nota explivativa	2018	2017
Receita operacional liquida	16	2.944.351	2.232.661
Lucro bruto		**2.944.351**	**2.232.661**
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	18	(2.251.547)	(2.186.116)
Impostos, taxas e contribuições	19	(24.948)	(42.687)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	(7.003)	1
		(2.283.498)	**(2.228.802)**
Superavit operacional antes do resultado financeiro		**660.853**	**3.859**
Resultado financeiro	20	13.102	12.897
		13.102	**12.897**
Superavit do exercício		**673.955**	**16.756**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FÁBIO TOFIC SIMANTOB
Presidente
CPF: 302.311.538-90
RG: 28.955.756-2 SSP/SP

AD ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS - EPP
CRC: 1 SP 136252/O-2 CNPJ: 51.244.945/0001-90
ENA LÁZARA XAVIER DE CASTRO
Técnico em Contabilidade
CPF: 460.955.006-72 CRC: 1SP 168039/O-0
RG: 20.597.414-4 SSP/SP

IDDD - INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	673.955	16.756
Resultados abrangentes do exercício	673.955	16.756

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FÁBIO TOFIC SIMANTOB
Presidente
CPF: 302.311.538-90
RG: 28.955.756-2 SSP/SP

AD ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS - EPP
CRC: 1 SP 136252/O-2 CNPJ: 51.244.945/0001-90
ENA LÁZARA XAVIER DE CASTRO
Técnico em Contabilidade
CPF: 460.955.006-72 CRC: 1SP 168039/O-0
RG: 20.597.414-4 SSP/SP

IDDD - INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit/déficit acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	437.211		776.667	1.213.878
Tranferência para patrimônio social	776.667		(776.667)	-
Superávit do exercício			16.756	16.756
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.213.878	-	16.756	1.230.634
Mutação do exercício	(776.667)	-	759.911	(16.756)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.213.878		16.756	1.230.634
Tranferência para patrimônio social	16.756		(16.756)	-
Superávit do exercício			673.955	673.955
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.230.634	-	673.955	1.904.589
Mutação do exercício	(16.756)	-	(657.199)	(673.955)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FÁBIO TOFIC SIMANTOB
Presidente
CPF: 302.311.538-90
RG: 28.955.756-2 SSP/SP

AD ASSESSORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS - EPP
CRC:1SP 136252/O-2 CNPJ: 51.244.945/0001-90
ENA LÁZARA XAVIER DE CASTRO
Técnico em Contabilidade
CPF: 460.955.006-72 CRC: 1SP 168039/O-0
RG: 20.597.414-4 SSP/SP

IDDD - INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit do exercício	673.955	16.756
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	37.045	
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10.144	
	721.144	**16.756**
(Aumento)/dimunuição em ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.181.283)	(7.083)
Despesas antecipadas	(5.950)	(688)
Créditos diversos	1.711	(1.365)
(Diminuição)/acréscimo em passivos operacionais		
Fornecedores	1.901	8.181
Obrigações trabalhistas e tributárias	(5.873)	(2.395)
Contas a Pagar	(374)	3.491
Caixa proveniente das atividades operacionais	**(468.724)**	**16.897**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado/intangível	(91.671)	(9.254)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(91.671)**	**(9.254)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos e amortizaçao de emprestímos	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	-	-
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(560.395)**	**7.643**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.170.827	1.163.184
No final do exercício	610.432	1.170.827
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(560.395)**	**7.643**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O IDDD - Instituto de Defesa Do Direito de Defesa, com sede na cidade de São Paulo - SP, Av. Liberdade,65, é uma organização da sociedade de civil de interesse público, fundada em julho de 2000, trabalhando pelo fortalecimento do direito de defesa.

A missão do IDDD é fomentar na sociedade e em instituições do Estado a idéia de que todos têm direito a uma defesa de qualidade, à observância do princípio da presunção da inocência, ao pleno acesso à Justiça, a um processo justo e a cumprir a pena de forma digna. Tudo isso independentemente da classe social, de ser culpado ou inocente, ou do crime pelo qual está sendo acusado. O que buscamos é criar um espírito de maior tolerância na sociedade. Têm como fontes de manutenção, a renda de pessoas físicas associados, pessoas jurídicas, fundações nacionais e internacionais. Todos recursos são repassados aos projetos desenvolvidos pelo Instituto.

Relatamos abaixo os projetos executados no ano de 2018:

a. ECID (Educação para Cidadania no Cárcere)

Inspirado na metodologia do educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire, o projeto ECid (Educação para a Cidadania no Cárcere) promove formação sobre garantias fundamentais e funcionamento do Estado nos presídios de São Paulo.

Com a participação voluntária dos associados e associadas, que ministram as matérias sob a orientação de um/a pedagogo/a, o ECid proporciona um espaço de encontro, acolhimento e construção coletiva de conhecimento a partir das experiências vividas pelas pessoas privadas de liberdade. Em 2018 o ECID foi realizado no Centro de Progressão Penitenciária do Butantã e na Penitenciária José Parada Neto, totalizando a participação de 50 alunos,58 associados /voluntários e 80 horas aulas.

Financiara esta iniciativa Alexandre Pacheco, Daniella Meggiolaro, Marco Aurélio de Carvalho, Renata Mariz

b. **Mutirão carcerário Mães Livres**

Além de colocar em prática a vocação histórica do IDDD de prestar assessoria jurídica gratuita e de qualidade, o projeto Mães Livres faz a escolha política e estratégica de lutar pela liberdade de uma parcela da população que é duplamente vitimada pelo sistema penal e cujo encarceramento tem impacto profundo em toda a sociedade. A iniciativa se baseou no Marco Legal de Atenção à Primeira Infância, que estabelece o direito das mulheres gestantes ou com filhos menores de 12 anos de responderem ao processo em liberdade ou prisão domiciliar.

Concluída a fase de atendimentos, o projeto também promoveu a sensibilização de juízes e juízas para o tema da maternidade no cárcere.

O mutirão carcerário Mães Livres foi realizado na Penitenciária Feminina de Pirajuí a 400 quilômetros de São Paulo, 196 mulheres entrevistas, 56 habeas corpus impetrados.

Financiaram esta iniciativa Fundo Brasil e OAK Foundation.

c. **Monitoramento das Audiências de Custódia**

A partir de um convênio com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o IDDD monitora audiências de custódia no país desde o dia em que começaram a ser realizadas, em fevereiro de 2015, na cidade de São Paulo. Esse acompanhamento gera informações qualitativas e quantitativas sobre a efetividade do procedimento para a redução do encarceramento e para o combate à tortura e, também, sobre a qualidade da defesa. Também ajuda a preencher o vazio de dados oficiais e a subsidiar ações de incidência política e jurídica do Instituto.

O projeto foi ampliado em 2018, o que proporcionou um diagnóstico ainda mais apurado e abrangente dos desafios na realização das audiências. Além do monitoramento, o Instituto também promoveu mesas de trabalho para debater dificuldades concretas com os diferentes atores do sistema de Justiça em Fortaleza e Recife. Em São Paulo, ainda, foi realizada uma pesquisa qualitativa com pessoas que tiveram a prisão preventiva decretada após passarem por audiências de custódias.

Em 2018 o monitoramento das audiências de custódia foram realizados em Maceió (AL), Salvador e Feira de Santana (BA), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Londrina (PR), Recife e Olinda (PE), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), São Paulo, São José dos Campos, Mogi das Cruzes e Taubaté (SP).

Financiaram esta iniciativa Fundo Brasil e OAK Foundation.

d. **Prova Sob. Suspeita**

Hoje, a maior parte dos processos penais se apoia em provas escassas e de má qualidade, frequentemente produzidas de maneira ilegal e abusiva pela polícia. O projeto Prova sob Suspeita nasceu para enfrentar essa realidade a partir do litígio, do advocacy, da pesquisa e da comunicação estratégica. Seu objetivo é transformar o modo como as decisões condenatórias são construídas, aumentando a exigência da Justiça sobre o processo de produção de provas e reduzindo o encarceramento em massa.

Além de organizar um workshop com especialistas nacionais e internacionais e de elaborar um estudo técnico, o Instituto promoveu um evento público na FGV (Fundação Getúlio Vargas) em conjunto com o Innocence Project e deu início à produção de um dossiê multimídia sobre o tema. Outro braço da iniciativa foi a realização de círculos restaurativos com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, suas famílias e técnicas responsáveis pela aplicação das medidas em parceria com o CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo).

Mais de 80 pessoas participaram do workshop e evento realizado na FGV, 18 especialistas entrevistados para o dossiê multimídia e 6 círculos restaurativos (2 realizados com adolescentes, 3 com familiares e 1 com técnicos).

e. **Direito de Defesa no Tribunal do Júri**

Ao oferecer assistência jurídica gratuita de qualidade a pessoas acusadas de crimes dolosos contra a vida, o IDDD enfrenta uma das grandes deficiências da justiça criminal: a falta de paridade de ar- mas entre defesa e acusação.

Depois de uma reformulação importante, os associados e associadas que participam do projeto passaram a atuar nos casos desde o início do processo. Essa mudança assegura a condução estratégica da defesa e amplia o contato entre os/as advogados/as e os/as assistidos/as, aumentando as possibilidades de uma defesa mais efetiva.

Além de ajudar a transformar as vidas das pessoas atendidas e seus familiares, a iniciativa também tem impacto na formação de advogados/as mais jovens, que têm a oportunidade de trabalhar e aprender com colegas mais experientes.

O projeto acontece nos tribunais de juris de Osasco e São Paulo, participando 92 voluntários/ associados e até 7 casos são repassados pela Defensoria Pública no mês.

Esta iniciativa é financiada a partir da contribuição associativa de todos os membros do IDDD.

f. Litigância estratégica

As arenas dos tribunais são um importante espaço para fortalecer garantias individuais. É por isso que o IDDD atua juridicamente para garantir decisões e entendimentos mais favoráveis ao direito de defesa. Em 2018, o grupo de litigância estratégica do Instituto estudou e atuou em casos de enorme repercussão, sobretudo no STF (Supremo Tribunal Federal).

Um deles foi o julgamento sobre a constitucionalidade da condução coercitiva, que consiste em levar, forçadamente, uma pessoa acusada ou investigada a depor. O IDDD foi admitido como amicus curiae e contribuiu para a proibição do procedimento nos casos em que não há descumprimento de intimação prévia. Outro julgamento vitorioso que contou com a participação do Instituto foi o que, reconhecendo a prioridade absoluta da primeira infância, concedeu habeas corpus coletivo a gestantes e mães com filhos menores de 12 anos presas provisoriamente.

O time de litigância estratégica do Instituto também esteve envolvido nos julgamentos em que é discutida a constitucionalidade da execução antecipada da pena e do decreto de indulto natalino publicado em dezembro de 2017 pelo ex-presidente Michel Temer. O primeiro caso ainda está pendente de decisão definitiva por parte do plenário da Corte. O segundo foi julgado em maio de 2019 e teve, como resultado, a afirmação de que é competência exclusiva da Presidência da República delimitar os termos do indulto.

Financiaram esta iniciativa Sigrid Rausing Trust e Open Society Foundantions.

g. IDDD no Congresso

O IDDD conquistou uma voz potente e decisiva no Legislativo. Na Câmara e no Senado, acompanhamos a tramitação de projetos que se relacionam com o direito de defesa e com o encarceramento em massa e incidimos nos relatórios e votações para garantir a prevalência dos direitos humanos.

Também trabalhamos para disseminar informações técnicas entre os parlamentares e articulamos, em conjunto com outras entidades, manifestações públicas que ajudam a fomentar o debate qualifica- do sobre os temas em jogo.

Entre as propostas legislativas acompanhadas pelo IDDD no Congresso em 2018 esteve a reforma do CPP (Código de Processo Penal) e da LEP (Lei de Execução Penal). Em um contexto de fortalecimento do discurso punitivo, o Instituto se manteve alerta para contrapor tentativas de retrocesso.

Foram monitorados pelo GT Advocacy do IDDD 30 projetos de lei.

Financiaram esta iniciativa Sigrid Rausing Trust.

h. **Rede Justiça Criminal**

O IDDD faz parte da Rede Justiça Criminal desde a sua fundação em 2010. O Instituto também desempenha, desde 2015, a gestão financeira e administrativa do coletivo.

Fazem parte da RJC, além do IDDD, o CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania), a Conectas, o DDH (Instituto de Defensores de Direitos Humanos), o Instituto Sou da Paz, o ITTC (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania), a Justiça Global e o Gajop (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares).

Unindo esforços e experiências, as entidades atuam para promover mudanças no campo da justiça criminal, sobretudo a partir da incidência no Legislativo e da Comunicação.

Foram monitorados pela equipe de Advocacy da RJC 15 projetos de lei.

Esta iniciativa foi financiada pela Open Society Foundations, Fundo Brasil e Oak Foudantion.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

Na elaboração das demonstrações contábeis do ano 2018, sendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA), foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros - ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da resolução CFC nº 1409/12 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nºs 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - sem finalidade de lucros.

Por decisão do Conselho, o Instituto não realiza escrituração contábil por Projetos, a escrituração é unificada como sendo Institucional.

Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução CFC 1.330/11 (ITG 2000), nesse aspecto, o Instituto mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no "Livro Diário" nº 20 (vinte) e transmitidas ao SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, através da ECD - Escrituração Contábil Digital.

A documentação contábil do Instituto é composta por todos os documentos, papéis, registros e outros, que apóiam ou compõem a escrituração contábil, senda esta hábil e revestida de todas as formalidades capazes de assegurar sua exatidão e mantida em boa ordem.

A moeda funcional é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 02 de agosto de 2019.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada de liquidação duvidosa (PECLD), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. São as seguintes principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações contábeis:

2.2.1. Apuração do resultado

Para registro dos fatos contábeis de receitas patrimoniais, custos e demais receitas e despesas é adotado o princípio da competência, bem como para elaboração das demonstrações contábeis. O superávit do exercício de 2018 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Patrimônio Social.

2.2.2. Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em contas movimentos, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, estão demonstradas pelos valores originais, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

2.2.3. Contas a receber

As contas a receber são valores compostos pelas arrecadações a seguir elencadas:

(i) Contribuições mensais de Associados;
(ii) Venda de cotas patronas do Projeto Educação para Cidadania;
(iii) Convites do evento denominado "jantar anual" ocorrido em 12 de dezembro de 2018;
(iv) Venda de obras de artes recebidas a título de doações;
(v) Contratos de doações;

Não foi constituída perda estimada de liquidação duvidosa (PECLD), pelo fato das estimativas da Administração não identificar valores a passiveis do risco de perda.

2.2.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados tangíveis são registrados e demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear com base na vida útil-econômica dos bens, levando em consideração a manutenção, operação e estado de conservação e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC TG 27). As taxas utilizadas são mencionadas na Nota Explicativa nº 8. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Um item de imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. O valor residual, calculado como sendo a diferença do valor de custo de aquisição e o valor depreciação, é incluído na demonstração do resultado, despesa com prejuízo ou doações, no exercício em que o ativo for baixado.

Os ativos intangíveis são registrados e demonstrados pelo custo de aquisição, e são considerado bens de vida útil "definida". A aplicabilidade da amortização é calculada em conformidade com os itens 97 a 106 da CPC 04.

2.2.5. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.6. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Entidade possui isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme disposição expressa na legislação vigente.

2.2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pelo Instituto restringem-se a operações de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. O Instituto não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2018 está descrito a seguir, bem como o critério para sua valorização:

- Saldos em conta corrente e aplicações mantidos em banco de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;

2.2.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Foram observadas as práticas contábeis e efetuada avaliação dos riscos envolvidos nos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, e no ano de 2018 não foi constatado nenhum fato/evento que fizesse necessário constituições contingenciais.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados substancialmente a saldo de caixas e contas bancárias com a finalidade de atender a compromisso de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

Conta contábil	2018	2017
Caixa	429	1.690
Bancos contas movimentos	23.208	255.711
Aplicações financeiras	586.795	913.426
Total	**610.432**	**1.170.827**

As aplicações financeiras são de rápida liquidez como poupança, fundos de renda fixa e Certificado de Depósito Bancário (CDB), com rentabilidade de mercado estando sujeita a insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber

Conta contábil	2018	2017
Contribuições mensais	7.670	2.132
Convites do evento "jantar anual"	65.897	-
Cotas patronas do Projeto Educação para Cidadania	-	7.000
Obras de artes recebidas por doações e vendidas	11.500	4.500
Contratos de doações	1.109.848	-
Total	**1.194.915**	**13.632**

Os créditos vencerão em até 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

5. Créditos diversos

Conta contábil	2018	2017
Adiantamentos a funcionários	500	3.500
Adiantamentos a fornecedores	-	1.256
Outros ativos	2.545	-
Total	**3.045**	**4.756**

6. Despesas pagas antecipadamente

Conta contábil	2018	2017
Vale Transporte	803	-
Vale Refeição	5.820	5.490
Condomínio	1.587	1.535
Assistência Médica	4.766	-
Total	**12.976**	**7.025**

7. Outros ativos

Conta contábil	2018	2017
Outros Ativos	7.500	7.500
Depósito Garantia de Locação	7.500	7.500
Total	**7.500**	**7.500**

8. Imobilizado

Conta contábil	Taxas média de depreciação e amortização	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017
Imobilizado			
Imóveis	4%	80.105	
Móveis e Utensílios	10%	58.883	58.883
Instalações	10%	11.956	11.956
Equipamentos p/Informática	20%	51.412	49.707
Benfeitorias Imóveis Terceiros	25%	19.869	19.869
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	18.004	18.494
(Depreciação)			
(Móveis e Utensílios)		(20.350)	(1.994)
(Instalações)		(11.956)	(4.908)
(Equipamentos p/informática)		(12.706)	(7.632)
(Máquinas, Aparelhos, Equipamentos)		(6.198)	
Imobilizado Líquido		**189.019**	**144.375**
Intangível			
Marcas, Direitos e Patentes		1.675	1.675
Softwares	20%	3.871	3.664
(Amortização)		-	-
(Softwares)		(370)	-
Intangível Líquido		**5.176**	**5.339**

Conta Contábil	Taxas	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Bens Tangíveis					
Imóveis	4%		80.105		80.105
Móveis e Utensílios	10%	58.883			58.883
Instalações	10%	11.956			11.956
Equipamentos Informática	20%	49.707	9.337	(7.632)	51.412
Benfeitorias Imóveis Terceiros	25%	19.869			19.869
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	18.494	1.810	(2.300)	18.004
(Depreciação)					
(Móveis e Utensílios)		(1.994,17)	(18.356)		(20.350
(Instalações)		(4.908,74)	(7.047)		(11.956)
(Equipamentos Informática)		(7.632,22)	(5.076)		(12.706)
(Máquinas, Aparelhos e Equipamentos)			(6.198)		(6.198)
Total imobilizado		**144.375**			**189.019**
Bens Intangíveis					
Marcas e Patentes	-	1.675			1.675
Softwares	20%	3.664	420	(212)	3.871
(Amortização)					
(Softwares)			(370)		(370,00)
Total Intangível			**5.339**		**5.176**

9. Fornecedores e prestadores de serviços

Representado por valores a pagar relacionados exclusivamente por prestadores de serviços aplicados na operação do Instituto.

Conta contábil	2018	2017
Prestadores de serviços	11.128	9.226
Total	**11.128**	**9.226**

10. Obrigações trabalhistas

Conta contábil	2018	2017
INSS - Previdência Social	310	462
IRRF assalariado		5.877
Provisões de Férias e Encargos	100.099	99.972
Total	**100.409**	**106.311**

11. Obrigações tributárias

Conta contábil	2018	2017
IRRF s/serviços tomados	-	12
Cofins	113	106
I.S.S. Retido na Fonte	58	93
IRRF s/aluguel	-	83
Contribuição Sindical empregados	127	127
Retenções Unificadas (CSLL/Pis/Cofins)	-	56
IRRF s/comissões ou corretagens	208	-
Total	**506**	**477**

12. Isenções tributárias

12.1. Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício da isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto. Em atendimento a legislação vigente para Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela legislação trabalhista, o Instituto contribui para o PIS com uma quota fixa de 1% (um por cento) incidente sobre a folha de pagamento mensal, o qual é registrado como despesa de encargos sociais.

12.2. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício da isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto. Em atendimento ao Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, contribui para a COFINS com uma quota fixa de 4% (quatro por cento) sobre as receitas decorrentes de aplicações financeiras, o qual é registrado como despesa na rubrica "Despesas com Impostos, Taxas e Contribuições"

12.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

Em virtude de ser Entidade sem fins Lucrativos, goza do benefício da isenção do pagamento do ISS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto.

12.4. Imposto Sobre Transmissão "Causa Mortis" e doações - ITCMD

Em virtude de ser Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício da isenção do ITCMD (São Paulo), prevista no Artigo 6º, inciso II, a e § 1 do Decreto 46.655/2002. Para usufruir desse benefício, o Instituto deverá obter a **Declaração de Reconhecimento de Imunidade**, em razão de não ter sido finalizada a análise para esta imunidade e visto que a declaração vigente encontrava-se vencida, o Instituto optou por recolher o tributo à alíquota de 4% (quatro por cento) incidentes sobre as doações recebidas de donatários domiciliados no Brasil, este recolhimento será feito até o término desta análise e emissão da nova declaração, sempre observando o limite de isenção cujo valor não exceda 2.500 (duas mil e quinhentas) UFESPs -Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, dentro do ano civil. O valor dessa unidade fiscal, em 2018, é de R$ 25,57. O limite se refere ao total de doações recebidas durante o ano de um mesmo donatário.

12.5. Provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser Entidade sem fins Lucrativos, goza do benefício da isenção do pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) incidentes sobre o resultado, de acordo com a Constituição federal, artigo 150, VI, "c" e Código Tributário Nacional, artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 155 da Constituição Federal.

12.6. Previdência Social (INSS)

O Instituto não possui isenção da contribuição previdenciária e mensalmente contribui sobre as verbas trabalhistas com as alíquotas determinadas em legislação. Cota Patronal 20% - Acidente de Trabalho 1% - Terceiros 4,5% (salário educação 2,5% - SESC 1,5% - INCRA 0,2% - SEBRAE 0,3%).

13. Contas a pagar

Conta contábil	2018	2017
Telefone	530	821
Total	**530**	**821**

14. Credores diversos

Conta contábil	2018	2017
Outros passivos	5.901	5.985
Total	**5.901**	**5.985**

15. Patrimônio Líquido

Compreende o subgrupo patrimônio social, é constituído por bens e direitos adquiridos ou recebidos em doações e resultados líquidos de suas atividades acumulados dos exercícios.

16. Receitas operacionais

A principal receita do Instituto são doações para financiamentos de projetos e mensalidades de associados. Outras receitas compreendem arrecadações com evento denominado "jantar" e rendimentos de aplicações financeiras.

Conta contábil	2018	2017
Receitas Associativas		
Mensalidades	176.358	129.617
Receitas Não Associativas		
Doações	2.630.038	1.987.462
Arrecadações com evento "jantar"	137.955	115.582
Total	**2.944.351**	**2.232.661**

17. Outras receitas operacionais

Conta contábil	2.018	2.017
Recuperação de despesas	5.686	1
Roubo,furto ou extravio de espécie monetária	(2.545)	-
Perdas com descartes de bens do ativo imobilizado	(10.144)	-
Total	**(7.003)**	**1**

18. Despesas administrativas e gerais

Conta contábil	2018	2017
Despesas com pessoal (remuneração e benefícios)	973.660	1.015.768
Despesas com encargos sociais	273.861	281.424
Despesas com serviços de terceiros	513.434	402.960
Despesas com locações	44.575	39.582
Despesas com depreciações e amortizações	37.045	-
Outras despesas gerais e operacionais	408.972	446.382
Total	**2.251.547**	**2.186.116**

19. Despesas impostos, taxas e contribuições

Conta contábil	2018	2017
Contribuições Associativas	86	239
Tributos não retidos	20	177
I.P.T.U.	3.120	2.706
Emolumentos e gastos legais	3.338	269
IRRF s/rendimentos aplicações financeiras	6.632	7.938
Taxas Municipais	157	153
I.T.C.M.D.	9.494	29.293
Cofins	2.100	1.912
Total	**24.947**	**42.687**

20. Resultado financeiro

Conta contábil	2.018	2.017
Receitas de aplicações financeiras	52.502	47.831
Multas e juros	(701)	(522)
Outras receitas financeiras	15	22
Outras despesas financeiras	(4.892)	(6.920)
Despesas bancárias (tarifas, taxas de edição de contratos de câmbio, taxas expedientes contratos câmbio, tarifas cobranças borderôs)	(33.822)	(27.514)
Total	**13.102**	**12.897**

21. Risco de crédito

O Instituto não possui concentração de risco de crédito de associados.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, o Instituto somente realiza operações em instituições de primeira linha.

22. Gestão de risco de capital

Os objetivos do Instituto, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer a prestação de serviço social e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

23. Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa. Dessa forma, o Instituto possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata, suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, se causar perdas i

24. Trabalhos voluntários

Em 31 de dezembro de 2018, o Instituto não possuía qualquer vínculo com pessoal relacionado a trabalhos voluntários.

25. Eventos subsequentes

Os conselheiros declaram garantia de recebimento do valor de R$ 1.109.848,22 relativos aos contratos de doações firmados com PORTICUS LATIN AMÉRICA CONSULTORIA LTDA, representando R$ 763.648,22 de STIFTUNG AUXILIUM e R$ 346.200,00 relativos à parcela 3/3 de SIGRID RAUSING TRUST.

São Paulo, 31 de dezembro de 2018.

FÁBIO TOFIC SIMANTOB
CPF: 302.311.538-99
PRESIDENTE

ENA LAZARA XAVIER DE CASTRO
TC.CRC.1SP168039/O-0
CPF: 460.955.006-72